

APRESENTAÇÃO

PABLO QUINTERO¹

EDITOR

<http://orcid.org/0000-0003-4111-9895>

Um novo número da revista *Espaço Ameríndio* vê a luz num contexto de profunda adversidade. Não fosse já extremamente preocupante, e trágica, a extensão e complexificação da pandemia global gerada pelo Covid-19, e a suas consequências no Brasil (que registra ao dia de escrever estas linhas de apresentação mais de 180.000 mortes e quase 7 milhões de casos confirmados), as políticas estatais tanto do Governo Federal quanto de uma boa parte dos Governos Estaduais têm visado a consolidação da agenda de desmonte dos Direitos Humanos e de proteção da vida. Tendo como objetivo central a redução do gasto público e o refinamento dos processos mais violentos de acumulação de capital, o Estado, as frações do Capital e seus agentes mediadores tem não apenas se desinteressado pelo bem-estar da população, como, também, avançado rumo ao controle das instituições públicas. A redução dramática do orçamento das universidades federais e demais centros de pesquisas, deve-se frisar, desenvolveu-se e a partir de 2019, afetando o funcionamento livre das instituições – incluindo as bolsas estudantis e os apoios à pesquisa e extensão.

Neste ano de 2020 assistimos à intervenção em um importante número de universidades através da nomeação de reitores afeitos ao Governo Federal que, dentro das suas instituições, estão também desmontando processos e políticas de longa data que representavam importantes conquistas visando a inclusão das populações mais vulneráveis e a continuidade da promoção do conhecimento. Mesmo ano em que certo ex-ministro declarou “odiar os povos indígenas, o povo cigano (...)” e no qual, mais uma vez, a população negra continua sofrendo a mais encarniçada das repressões próprias do intenso racismo que permeia a sociedade brasileira, cujo ápice, em termos de visibilidade midiática, ocorreu em Porto Alegre, cidade que sedia esta publicação, ironicamente na véspera do Dia da Consciência Negra, quando João Alberto Freitas foi espancado até a morte por agentes de segurança de uma loja pertencente a uma rede transnacional de supermercados. Neste

¹ Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e Coordenador do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil). E-mail: pablo.quintero@ufrgs.br

mesmo ano, também, o desmatamento da Amazônia alcançou novo recorde histórico ao mesmo tempo em que se solidificam no Congresso Nacional propostas para “legalizar” o garimpo em Terras Indígenas – política esta coerente com a diminuição drástica da demarcação dos territórios indígenas e tradicionais iniciada já no governo de Dilma Rousseff, que se aprofundou na passagem de Michel Temer pelo poder e hoje alcançou a paralisia.

Apesar deste cenário, o olhar crítico também registra a manutenção e o crescimento dos processos de organização social desde as bases e o questionamento cada vez maior tanto da conjuntura atual quanto das estruturas de longa data que a sustentam. Se este novo número da *Espaço Ameríndio* servir, pelo menos, para demonstrar a constante recriação destes processos de luta, reinvenção e transformação, assim como a sustentação de outras formas de vida e de existência social, sentimo-nos afortunados por poder dar continuidade à revista, que no próximo ano completará 15 anos de vida.

Como é habitual, e necessário, agradecemos com afeto a todas/os as/os autores que submeteram seus artigos para este número, assim como as/os pareceristas que, como de costume, amavelmente doaram seu tempo para avaliar os textos. Destacamos também o sempre dedicado trabalho de Guilherme Sant’Ana, novo Editor Gerente da revista, na revisão e diagramação dos textos, além das demais atribuições que fazem parte do seu trabalho. Da mesma forma, agradecemos a Augusto Leal de Britto Velho, novo Gerente de Comunicação da revista, pelo excelente trabalho desempenhado com este número e com a atualização das redes da *Espaço Ameríndio*. Expressamos nosso agradecimento à designer Ana Luísa Guilherme pela confecção desta belíssima capa a partir da fotografia das mulheres e crianças Warao numa rua da cidade de Porto Alegre, imagem que faz referência ao artigo coletivo intitulado *Transformações sociais e (re)territorialização Warao no Brasil: a trajetória de uma família frente à pandemia de Covid-19*.

Finalmente, mas não menos importante, damos nossa afetuosa boas vindas às novas e aos novos membros do Conselho Editorial da revista, especialmente ao professor Vítor Queiroz (UFRGS). Assim como também oferecemos nossa mais afável acolhida à professora Lorena Rodrigues Tavares de Freitas (UNILA) e ao professor Handerson Joseph (UFRGS), que a partir de agora também integram a Comissão Editorial Executiva da *Espaço Ameríndio*.

* * *

Este número de *Espaço Ameríndio* apresenta um total de quinze artigos, dentre os quais dois são de autores indígenas, além de três ensaios bibliográficos e uma resenha. Este número tem a imensa alegria de contar não apenas com uma quantidade inédita, na história da revista, de artigos com autores e autoras indígenas – tratam-se de quatro mulheres indígenas dos povos Kaingang, Macuxi e Palikur-Arukwayene –

como também de ser agraciado novamente com a participação, entre as autoras indígenas, de Julie Dorrico, em um texto escrito a seis mãos presente na seção ensaios bibliográficos.

Abrindo a seção de artigos, encontra-se um texto do etnólogo francês Jean Bazin (1941-2001) intitulado *Interpretar ou descrever. Notas críticas sobre o conhecimento antropológico*. Publicado originalmente em 1996, mas reeditado com algumas mudanças em 2008, o texto chega até nós graças a inestimável tradução feita pelo antropólogo Pablo Antunha Barbosa em parceria com a linguista Luciana Beatriz Ávila. O artigo de Bazin é um exercício epistemológico de profundo valor heurístico. Em diversos níveis, ele promove um crítico ajuste de contas com a tradição antropológica e etnológica francesa, ao mesmo tempo em que fundamenta um questionamento sobre as formas mais adequadas para se compreender a dialética das relações da pesquisa antropológica de campo, caracterizadas, em geral, pela antinomia entre “copresença” e “distanciamento”, tão características de certos debates epistemológicos na antropologia. Construindo uma argumentação crítica ao culturalismo, especialmente às suas práticas representacionais baseadas em alteridades essenciais e exterioridades absolutas, o autor decanta-se pela proposição de uma perspectiva situacionista e dinâmica.

Em certa medida, a leitura e as propostas de Jean Bazin dialogam com o artigo de Emerson Rubens Mesquita Almeida escrito junto a Alcida Ramos. O texto em questão, intitulado *Mulheres Tentehar, inovam, transgridem, lideram*, representa uma interessante análise do protagonismo das mulheres e das lideranças indígenas tentehar da Terra Indígena Araribóia, no estado do Maranhão. Através do trabalho etnográfico, estas específicas formas de agenciamento e reinvenção da política revelam a concepção êmica de “sagacidade” no mundo tentehar e como ela é entendida e praticada nas dinâmicas e processos das mulheres. A temática, revelada etnograficamente por Almeida como um processo não necessariamente recente, foi deliberadamente desconsiderada pela etnologia indígena brasileira e, particularmente, pelos “etnólogos dos tentehar”, fato que Alcida Ramos recupera com indignação, através da voz crítica e lucida que a caracteriza, para encerrar o texto com não poucos questionamentos.

Na sequência, o artigo *Transformações sociais e (re)territorialização Warao no Brasil: a trajetória de uma família frente à pandemia de Covid-19* de Clémentine Maréchal, Augusto Leal de Britto Velho, Milena Weber Rodrigues e Pietro Bueno Longone, traz uma exploração profunda e densa (não no sentido de Clifford Geertz) sobre as dinâmicas de mobilidade de um grupo familiar Warao no Brasil. Originários do noroeste da Venezuela, os Warao começaram a se deslocar dos seus territórios há algumas décadas, percorrendo distâncias cada vez maiores, e desde 2016 tem aumentado significativamente sua presença em território brasileiro. No começo de 2020, uma unidade doméstica chegou pela primeira vez em Porto Alegre procedente de Cuiabá: esse grupo familiar é acompanhado, em plena pandemia, pelas autoras e autores do artigo para descrever as transformações estruturais centrais,

tanto imateriais quanto materiais, dos Warao no Brasil, assim como suas perspectivas de futuro.

Além de introduzir a questão da mobilidade transfronteiriça das populações indígenas do cone Sul, o texto anterior também explicita a presença indígena em contextos urbanos, dimensão esta que, eventualmente, escapa a certas tradições etnológicas, mas que foi alçado à condição de objeto privilegiado de atenção por Marcelo Rocha Radicchi, no caso específico do Amazonas, com seu trabalho *Visibilidade do indígena em situação urbana nas microrregiões do Estado e Amazonas a partir do censo demográfico*. Tal como sinaliza o título, o texto representa uma reconstrução tanto das características como da posicionalidade e situacionalidade da população indígena nas treze microrregiões do Estado em questão, destacando e provando o que tem sido sinalizado em outras pesquisas recentes acerca do caráter marginalizado da população indígena em todas as dimensões da vida social. Embora o trabalho não tente responder as razões dessa situação, constitui uma valiosa ferramenta para análises futuras.

Seguindo o horizonte de visibilizar a presença indígena no espaço urbano, mas desta vez a partir de uma perspectiva histórica, o artigo *Indígenas Kaingang em Santa Maria: etnogênese e espaço urbano*, de Eduardo Perius, recria os principais processos históricos que envolvem a população Kaingang na cidade de Santa Maria (RS). Desde a perspectiva da chamada Nova História Indígena, o autor faz uma reconstrução das dinâmicas dos movimentos kaingang nessa cidade tendo como ponto inicial o ano de 1999, mas descrevendo o processo geral de aldeamentos sob o antigo SPI no começo do século XX. A partir da utilização de diversas fontes secundárias, além de entrevistas, o texto apresenta uma interessante problematização dos processos de etnogênese contemporâneos da população kaingang, e, da mesma, forma se oferece como um importante documento que evidencia a presença constante da população kaingang na região.

À continuação, o texto de Dayse Centurion Silva e Gilberto Luiz Alves, intitulado *O artesanato Ñanduti em Bela Vista Norte, Paraguai*, tem como objetivo analisar as dinâmicas centrais da organização do trabalho artesanal na região apontada e, simultaneamente, tenta registrar o impacto dessa produção artesanal na economia regional no Paraguai. Tendo como substratos o trabalho etnográfico e as entrevistas com as mulheres artesãs, o texto apresenta tanto a descrição do processo de trabalho manual como a caracterização da dimensão estético-representacional do produto. Da mesma forma, o artigo não fica preso nas dinâmicas de produção, senão que se adentra nos processos de distribuição e consumo, recriando o ciclo econômico completo e destacando suas recentes transformações.

O artigo que dá prosseguimento à seção, de autoria de Sandoval Dos Santos Amparo e Marco Targino, sob o título *Os Korubo da Amazonia: geograficidade, tutela e representação indigenista*, realiza uma descrição introdutória ao “universo” do povo indígena korubo, habitante da Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. O trabalho caracteriza, de forma geral, as matrizes culturais dos korubo, destacando as situações de

contato interétnico e os diversos ciclos que percorreram tais situações. Finalmente, o texto faz uma aproximação geográfica ou espacial antropologicamente pertinente.

Também interessado pela dimensão sociocossmológica das populações indígenas, mas por meio de um enfoque diferente do artigo anterior, a relevante contribuição de Leandro Durazzo e Jean Segata, intitulada *Intercosmologias: humanos e outros mais que humanos no Nordeste indígena*, conforma um diálogo entre os campos da etnologia indígena e da antropologia das relações humano-animais e das relações humanos-não humanos. Deslocando-se dos debates amazônicos e se situando no Nordeste, o texto analisa as complexas relações entre humanos e não humanos utilizando pesquisas recentes (incluindo os próprios autores) feitas com diversos povos indígenas do Nordeste, que destacam um conjunto de dinâmicas de relações sociocossmológicas diversas. Apontando críticas necessárias às dicotomias estruturantes do “Ocidente”, o texto não visa simplesmente a examinar a já amplamente questionada grande divisão entre natureza/cultura, mas, ao contrário, propõe a não superação dessa oposição binária não através da saída de proposições de sobrenaturezas ontológicas, senão mediante a reconstrução dos processos que constituem e estruturam as cosmologias. Isto possibilita, por um lado, não considerar as ontologias como transhistóricas e, por outro, pensar nas relações interétnicas e superar as prisões epistemológicas que encobrem relações complexas não só entre humanos.

O trabalho seguinte, assim como o anterior, preocupa-se com a dimensão sociocossmológica. Intitulado *Movimentos kaingang e as controvérsias do Grande divisor: a perspectiva indígena da paisagem, do território e da Terra Indígena no sul do Brasil*, de Alexandre Magno Aquino, tem como objetivo analisar a territorialidade kaingang a partir das próprias narrativas e práticas desta população indígena tendo como referência central a Terra Indígena Nonoai (RS) e a Reserva Indígena Kondá (SC). O autor destaca os processos de retomadas indígenas como ponto focal tanto das ações dos órgãos estatais e estaduais quanto da agencialidade e estratégias de luta kaingang. Segundo o artigo, a noção kaingang de território articula a construção de uma tríade de temporalidades (mítica, histórica e atual) na qual se fundamenta a territorialidade kaingang.

Tendo também como foco a população kaingnag, porém aquela pertencente ao oeste de Santa Catarina, o trabalho das autoras Fernanda Machado Dill, Camila Pagani e Teresa Machado da Silva Dill, *Educação escolar indígena kaingang: políticas públicas, espaços e práticas*, analisa a problemática da inclusão escolar para a população kaingang da citada região. O texto, realizado a partir de etnografias nas escolas, mas também de entrevista e de trabalho documental, aporta um olhar complexo para o conjunto das problemáticas que afetam a população kaingang no que se refere à sua escolarização. As autoras apontam dificuldades na produção e promoção de políticas públicas, mas também às vezes, na sua própria execução por parte de instituições e docentes.

A temática do artigo *A Lei 11.645/2008 ou Lei Aracy Lopes da Silva: um olhar decolonial para os povos indígenas, a educação crítica e a formação docente*, de autoria de Josélia Gomes Neves, por sua vez, remete precisamente aos processos de formação docente e sua articulação com a legislação vigente. O texto destaca o importante trabalho de Aracy Lopes da Silva e, particularmente, a importância da Lei 11.645 de 2008, que, como bem se sabe, estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar. Valendo-se dos aportes da pedagogia crítica, da pedagogia decolonial e do chamado currículo intercultural, a autora tece interessantes reflexões e propostas para a defesa da Lei e seu aprofundamento nas práticas escolares.

Ainda com foco na temática da educação indígena e, especificamente, na que concerne à formação de professoras e professores para tal fim, o texto de Beatriz Osorio Stumpf, denominado *Conhecimentos indígenas e o pensamento de Boaventura de Souza Santos*, promove uma relevante reflexão sobre três experiências de formação docente acontecidas na Amazônia brasileira, vivenciadas em primeira mão pela autora. Contrastando célebres categorias introduzidas pelo pensador português supramencionado – como “sociologias das ausências e das emergências”, “ecologia de saberes” e “teoria da tradução” – com as ideias de diversas interlocutoras e interlocutores indígenas, o trabalho apresenta uma necessária valorização e contextualização da importância dos saberes indígenas para a pluralização dos conhecimentos hegemônicos.

Encerrando a seção de artigos, o interessante trabalho de José Adelson Lopes Peixoto e Vinícius Alves de Mendonça *A promessa de Clênio Karuazu: história e imagens da religião indígena no sertão de Alagoas* apresenta uma interessante análise do etnodocumentário “Promessa de Clênio Karuazu: por uma graça alcançada”, que apresenta imagens históricas até esse momento inéditas do processo de reconhecimento étnico dessa população indígena da região sertaneja de Alagoas. Escrito a quatro mãos, o texto tem como foco a exploração da religiosidade karuazu dentro do contexto das relações interétnicas, considerando tanto a sociedade “nacional” quanto os diversos povos da região que formam parte de tronco pankararu. Trata-se, sem dúvida, de uma importante contribuição à etnologia indígena do Nordeste bem como aos estudos de antropologia da religião.

O texto de Zélia Martins, Irabete Martins e Vinícius Cosmos Benvegnú intitulado *Do maserenne miyavve ao enterro cristão: narrativas da morte Palikur-Arukwayene* abre a seção de Autores Indígenas e tem como objetivo explorar analiticamente os rituais funerários do povo Palikur-Arukwayene, especificamente o *Kayka Kisepka*, cerimonial funerário central na organização social desta população indígena da região do Rio Urucaúá, no estado de Amapá. Além de trazer a caracterização das concepções sobre a morte e as relações intersubjetivas estabelecidas na sociedade Palikur-Arukwayene, o texto contextualiza as dinâmicas históricas e as transformações de tais estruturas ao longo do tempo histórico em relação com os processos de contato colonial e com

a fricção interétnica, incluindo a presença contínua das práticas e discursos de matriz cristã. Da mesma forma, o trabalho desenvolve uma verdadeira polifonia, em que diversas vozes demonstram a justaposição heterogênea de fenômenos e estruturas sociais que perpassam a totalidade do mundo Palikur-Arukwayene.

Fechando a seção Autores Indígenas, regressamos à temática da educação Kaingang, mas desta vez pelas mãos de Ivone Jagnigri da Silva e Sérgio Roberto Kieling Franco, com o trabalho *Educação Kaingang e educação escolar Kaingang: um exemplo de Bem Estar e Bem Viver*. Como anuncia o título do artigo, o texto pretende descrever e valorizar as concepções e práticas educativas Kaingang no encontro entre a educação tradicional Kaingang e a educação de matriz escolar agenciada pela própria população Kaingang, tendo como referencial concreto as práticas educativas desenvolvidas na comunidade do Setor Vãgvãsa-Taquaruçu, na Terra Indígena Guarita, no Estado de Rio Grande do Sul. O interessante texto apresenta não apenas a descrição e a análise dos processos de aprendizagem comunitários Kaingang, mas, também, o fortalecimento da cultura Kaingang através destes processos.

Inaugurando a seção Ensaios bibliográficos, Leno Francisco Danner e Fernando Danner, junto à autora Macuxi Julie Dorrico, contribuem neste número com o artigo *A alteridade na literatura: da voz-práxis da diferença como literatura. O caso da literatura indígena brasileira contemporânea*. O trabalho representa uma defesa da literatura como espaço de defesa da crítica social e do ativismo político. Segundo o texto, a produção literária, especificamente a literatura indígena contemporânea brasileira, abre a possibilidade de superar os cânones normativos das epistemologias ocidentais através da concatenação de outras vozes e outros registros discursivos que representam, ao mesmo tempo, modos de práxis.

À continuação, João Vitor de Freitas Moreira produz, através do seu texto *“Qual a relevância de uma dissertação sobre 80 pessoas?”: desafios da pesquisa indígena no direito*, um importante aporte crítico aos fundamentos epistemológicos de boa parte do discurso jurídico. Mais especificamente, o artigo desenvolve uma série de contra-argumentos que visam a criticar a perspectiva tradicional sobre os “sujeitos de direito” a partir da consideração da população indígena, dentro de sua diversidade e heterogeneidade. O trabalho destaca a importância da multiplicação e expansão dos trabalhos etnográficos e antropológicos dentro do campo dos estudos jurídicos tanto como forma de produção de conhecimento acadêmico quanto ferramenta de práxis sociopolítica.

Encerrando a seção, em consonância com o debate jurídico do texto anterior, o trabalho *Constitucionalismo e colonialidade: novo constitucionalismo latino-americano e o direito da palavra da tradição africana como resistência na modernidade*, de Maria Sueli Rodrigues de Sousa, expõe uma crítica ao modelo do Direito Positivo, especificamente àquele do “constitucionalismo abstrato”. Tal modelo, muito caro para construção e manutenção da modernidade ocidental, é contraposto pela autora à realidade concreta e plural do mundo empírico, irreduzível aos cânones abstratos. Movendo-se desde o concreto para criticar o abstrato,

a autora revela, a partir de fontes secundárias, práticas das populações subalternizadas da América Latina e da África que fogem das tentativas de padronização constitucionalista.

O presente número é encerrado com a resenha de Julia Landgraf intitulada *Sobre a “armadilha da identidade”: raça e classe nos dias de hoje*, que aborda do instigante e recente livro de Asad Haider.

Como sempre, desejamos uma boa e proveitosa leitura dos textos com a sincera esperança de que possam contribuir à reflexão dentro de um cenário extremamente complexo.